



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO
Secretaria da Corregedoria Regional

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO

ANO:

2012

TIPO DE CORREIÇÃO:

ORDINÁRIA

MODALIDADE:

SEMIPRESENCIAL

UNIDADE CORREICIONADA:

Vara do Trabalho de Mineiros

PERÍODO CORREICIONADO:

30/04/2011 a 08/05/2012

CORREGEDOR:

Desembargadora Elza Cândida Silveira

EQUIPE CORREICIONAL

SERVIDOR	FUNÇÃO
Marcelo Marques de Matos	Diretor de Secretaria da Corregedoria Regional
Marcos dos Santos Antunes	Assistente
Nádia Maria Lopes dos Santos	Assistente

1 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DA UNIDADE NO PERÍODO CORREICIONADO

Item	Movimentação processual	QUANTIDADE
1	Processos recebidos na fase de conhecimento	1.560
2	Processos remanescentes do período anterior	345
3	Processos resolvidos	1.394
4	Produção	73%
5	Processos pendentes de julgamento	517
6	Execuções iniciadas	446
7	Processos recebidos na fase de execução	1
8	Execuções encerradas	330
9	Execuções trabalhistas pendentes (em trâmite e suspensas)	340
10	Execuções fiscais pendentes (em trâmite e suspensas)	0
11	Execuções no arquivo provisório	0
12	Execuções previdenciárias pendentes (em trâmite e suspensas)	123
13	Total de execuções (soma dos itens 9, 10, 11 e 12)	463
CARTAS PRECATÓRIAS E CARTAS DE ORDEM RECEBIDAS		
14	Cartas precatórias e Cartas de Ordem recebidas	365
15	Cartas precatórias e Cartas de Ordem cumpridas	318
16	Cartas precatórias e Cartas de Ordem pendentes de cumprimento	72
CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS		
17	Cartas precatórias expedidas	81
18	Cartas precatórias devolvidas pela vara deprecada	47
19	Cartas precatórias pendentes de devolução	99
20	Número de processos recebidos no período anterior	1.468
21	Número de processos recebidos no período correicionado	1.560
22	Variação no quantitativo de processos recebidos em relação ao período anterior (%)	6%
23	Número de processos na fase de execução no período anterior	381
24	Número de processos na fase de execução no período correicionado	463
25	Variação no quantitativo de processos em execução em relação ao período anterior (%)	22%

2 - ATIVIDADES DOS JUÍZES QUE ATUAM NA UNIDADE**2.1 - Juizes que atuam na unidade**

Juiz Titular	Fabiano Coelho de Souza
Juiz Auxiliar	
Juiz Substituto	

2.2 - Residência do Juiz Titular

O Juiz(iza) Titular da Unidade correicionada reside nos limites territoriais de jurisdição da Vara?	SIM	NÃO
	X	
Em caso de resposta negativa, qual o ato de autorização?		

2.3 - Assiduidade (dias da semana em que os juizes comparecem à Unidade)*

juiz	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Titular	X	X	X	X	X
Auxiliar fixo					

* Quadro preenchido segundo informação do Diretor de Secretaria.

2.4 - Audiências

2.4.1 - Quantidade média de dias por semana em que há audiências:	5
---	---

Havendo Juiz Auxiliar na Unidade, as audiências são realizadas pelos Juizes Titular e Auxiliar em semanas alternadas?	SIM	NÃO

2.4.2 - Procedimento adotado em audiências (uma ou fracionada):

Rito	Una	Fracionada
Sumaríssimo	X	
Ordinário	X	

2.4.3 - Número de audiências realizadas:

Tipo de audiência	Média mensal
Audiências relativas a processos do rito Sumaríssimo	53
Audiências relativas a processos do rito Ordinário	69
Audiências de instrução (ou de prosseguimento)	65
Julgamentos (quantidade de sentenças publicadas)	44

2.4.4 - Prazo médio para audiências (iniciais ou unas) nos últimos 12 meses:

Rito	Prazo médio
Sumaríssimo	26
Ordinário	32

2.5 - Despachos

Média mensal de despachos exarados	547
Prazo médio (em dias) para exarar despachos	3
Processos aguardando despacho, nesta data, no prazo	88
Processos aguardando despacho, nesta data, fora do prazo	0

2.6 - Prolação de sentenças

2.6.1 - Média mensal de sentenças publicadas no período correicionado	44
---	----

2.6.2 - Prazo médio (em dias) para prolação de sentenças na fase de conhecimento

Rito	Prazo médio
Sumaríssimo	7
Ordinário	7

2.6.3 - Prolação de sentenças líquidas

juiz	SUM	ORD
Juiz Titular	Não	Não
Juiz Auxiliar (se houver)		
Juiz Substituto (se houver)		

2.6.4 - Prazo médio para prolação de sentenças da fase executória	6
---	---

2.6.5 - Número de processos pendentes aguardando julgamento

Tipo de decisão	Fora do prazo
Sentença na fase de conhecimento	74
Sentença na fase executória	0
Embargos de declaração	0

2.6.6 - Processos aguardando julgamento, com prazo acima do limite legal (art. 189, II, do CPC)

Número único do processo	Data de encerramento da instrução	Juiz(iza)
0000869-97.2010.5.18.0191	16/12/11	Alciane Margarida de Carvalho
0000049-44.2011.5.18.0191	09/04/12	Fabiano Coelho de Souza
0000193-18.2011.5.18.0191	12/12/11	Alciane Margarida de Carvalho
0000197-55.2011.5.18.0191	05/12/11	Alciane Margarida de Carvalho
0000200-10.2011.5.18.0191	28/03/12	Fabiano Coelho de Souza
0000831-51.2011.5.18.0191	02/02/12	Alciane Margarida de Carvalho
0000854-94.2011.5.18.0191	29/03/12	Fabiano Coelho de Souza
0000885-17.2011.5.18.0191	26/03/12	Fabiano Coelho de Souza
0000999-53.2011.5.18.0191	09/04/12	Fabiano Coelho de Souza
0001197-90.2011.5.18.0191	15/12/11	Alciane Margarida de Carvalho
0001241-12.2011.5.18.0191	20/03/12	Fabiano Coelho de Souza
0001274-02.2011.5.18.0191	15/12/11	Alciane Margarida de Carvalho
0001281-91.2011.5.18.0191	29/03/12	Fabiano Coelho de Souza
0001366-77.2011.5.18.0191	12/12/11	Alciane Margarida de Carvalho
0001380-61.2011.5.18.0191	26/01/12	Alciane Margarida de Carvalho
0001383-16.2011.5.18.0191	12/12/11	Alciane Margarida de Carvalho
0001400-52.2011.5.18.0191	16/02/11	Alciane Margarida de Carvalho
0001433-42.2011.5.18.0191	23/03/12	Fabiano Coelho de Souza
0001516-58.2011.5.18.0191	08/03/12	Fabiano Coelho de Souza
0001525-20.2011.5.18.0191	12/03/12	Fabiano Coelho de Souza
0001528-72.2011.5.18.0191	12/03/12	Fabiano Coelho de Souza
0001531-57.2011.5.18.0191	15/03/12	Fabiano Coelho de Souza
0001534-79.2011.5.18.0191	20/03/12	Fabiano Coelho de Souza
0001540-86.2011.5.18.0191	12/03/12	Fabiano Coelho de Souza
0001548-63.2011.5.18.0191	14/03/12	Fabiano Coelho de Souza
0001554-70.2011.5.18.0191	14/03/12	Fabiano Coelho de Souza
0001577-16.2011.5.18.0191	20/03/12	Fabiano Coelho de Souza
0001578-98.2011.5.18.0191	14/03/12	Fabiano Coelho de Souza
0001584-08.2011.5.18.0191	20/03/12	Fabiano Coelho de Souza
0001589-30.2011.5.18.0191	23/03/12	Fabiano Coelho de Souza
0001654-25.2011.5.18.0191	13/12/11	Alciane Margarida de Carvalho
0001664-69.2011.5.18.0191	06/12/11	Alciane Margarida de Carvalho
0001667-24.2011.5.18.0191	12/12/11	Alciane Margarida de Carvalho
0001669-91.2011.5.18.0191	26/01/12	Alciane Margarida de Carvalho
0001692-37.2011.5.18.0191	13/12/11	Alciane Margarida de Carvalho
0001695-89.2011.5.18.0191	15/12/11	Alciane Margarida de Carvalho

Número único do processo	Data de encerramento da instrução	Juiz (íza)
0001699-29.2011.5.18.0191	16/12/11	Alciane Margarida de Carvalho
0001714-95.2011.5.18.0191	16/12/11	Alciane Margarida de Carvalho
0001718-35.2011.5.18.0191	16/12/11	Alciane Margarida de Carvalho
0001816-20.2011.5.18.0191	03/04/12	Fabiano Coelho de Souza
0001839-63.2011.5.18.0191	20/03/12	Fabiano Coelho de Souza
0001860-39.2011.5.18.0191	12/03/12	Fabiano Coelho de Souza
0001861-24.2011.5.18.0191	12/03/12	Fabiano Coelho de Souza
0001862-09.2011.5.18.0191	28/03/12	Fabiano Coelho de Souza
0001867-31.2011.5.18.0191	20/03/12	Fabiano Coelho de Souza
0001872-53.2011.5.18.0191	09/04/12	Fabiano Coelho de Souza
0001874-23.2011.5.18.0191	09/04/12	Fabiano Coelho de Souza
0001890-74.2011.5.18.0191	14/03/12	Fabiano Coelho de Souza
0001896-81.2011.5.18.0191	12/03/12	Fabiano Coelho de Souza
0000005-88.2012.5.18.0191	23/03/12	Fabiano Coelho de Souza
0000401-65.2012.5.18.0191	23/03/12	Fabiano Coelho de Souza
0000361-83.2012.5.18.0191	09/04/12	Fabiano Coelho de Souza
0000006-73.2012.5.18.0191	23/03/12	Fabiano Coelho de Souza
0000022-27.2012.5.18.0191	09/04/12	Fabiano Coelho de Souza
0000044-85.2012.5.18.0191	26/03/12	Fabiano Coelho de Souza
0000082-97.2012.5.18.0191	20/03/12	Fabiano Coelho de Souza
0000097-66.2012.5.18.0191	03/04/12	Fabiano Coelho de Souza
0000108-95.2012.5.18.0191	14/03/12	Fabiano Coelho de Souza
0000162-61.2012.5.18.0191	09/04/12	Fabiano Coelho de Souza
0000165-16.2012.5.18.0191	20/03/12	Fabiano Coelho de Souza
0000192-96.2012.5.18.0191	23/03/12	Fabiano Coelho de Souza
0000193-81.2012.5.18.0191	20/03/12	Fabiano Coelho de Souza
0000250-02.2012.5.18.0191	26/03/12	Fabiano Coelho de Souza
0000274-30.2012.5.18.0191	09/04/12	Fabiano Coelho de Souza
0000275-15.2012.5.18.0191	09/04/12	Fabiano Coelho de Souza
0000283-89.2012.5.18.0191	20/03/12	Fabiano Coelho de Souza
0000285-59.2012.5.18.0191	20/03/12	Fabiano Coelho de Souza
0000292-51.2012.5.18.0191	09/04/12	Fabiano Coelho de Souza
0000299-43.2012.5.18.0191	14/03/12	Fabiano Coelho de Souza
0000300-28.2012.5.18.0191	09/04/12	Fabiano Coelho de Souza
0000301-13.2012.5.18.0191	20/03/12	Fabiano Coelho de Souza
0000304-65.2012.5.18.0191	09/04/12	Fabiano Coelho de Souza
0000308-05.2012.5.18.0191	09/04/12	Fabiano Coelho de Souza
0000332-33.2012.5.18.0191	09/04/12	Fabiano Coelho de Souza
TOTAL DE SENTENÇAS PENDENTES FORA DO PRAZO		74

2.7 - Entrega da prestação jurisdicional

Rito	Prazo médio
Sumaríssimo (Art. 852-H, § 7º, da CLT - 30 dias)	39
Ordinário (segundo diretriz da Administração)	104

2.8 - Conciliações

Especificação	SIM	NÃO
São incluídos em pauta, semanalmente, processos na fase de execução para tentativa de acordo?	X	
Índice de conciliação da 18ª Região (%)	50%	
Índice de conciliação da Vara do Trabalho (%)	49%	

2.9 - Produção

Magistrado	Mês de Atuação	Processos em pauta	Quantidade de sentenças	Prazos médios para prolação de sentenças		Quantidade		
				SUM	ORD	EDs	EEs	ETs
ALCIANE MARGARIDA DE CARVALHO	05/11	165	20	1	0	1	5	0
	06/11	353	57	10	7	4	11	0
	07/11	274	64	11	16	11	12	0
	08/11	396	109	15	28	20	5	1
	09/11	328	58	4	7	19	13	0
	10/11	354	70	4	3	14	26	0
	11/11	252	44	2	2	20	21	1
	12/11	142	19	6	5	1	3	0
	01/12	0	0	0	0	1	0	0
	03/12	0	10	10	9	0	2	0
	TOTAIS	2264	451	6	8	91	98	2
BLANCA CAROLINA MARTINS BARROS	06/11	0	1	0	0	1	0	0
	07/11	0	0	0	0	1	0	0
	TOTAIS	0	1	0	0	2	0	0
CLEBER MARTINS SALES	04/11	1	0	0	0	0	0	0
	05/11	0	1	0	0	0	0	0
	TOTAIS	1	1	0	0	0	0	0
CARLOS ALBERTO BEGALLES	05/11	54	8	1	0	2	6	0
	06/11	1	1	0	0	0	0	0
	01/12	1	1	0	1	0	0	0
	TOTAIS	56	10	0	0	2	6	0
EDUARDO DO NASCIMENTO	01/12	0	1	0	0	0	0	0
	TOTAIS	0	1	0	0	0	0	0
FABIANO COELHO DE SOUSA	01/12	42	8	0	0	0	0	0
	02/12	196	32	6	4	3	0	0
	03/12	267	132	15	18	11	1	0
	TOTAIS	505	172	7	7	14	1	0
MARIA APARECIDA PRADO FLEURY BARIANI	05/11	0	0	0	0	6	1	0
	06/11	0	1	0	0	0	0	0
	07/11	0	0	0	0	2	0	0
	08/11	0	0	0	0	1	0	0
	09/11	0	1	0	0	0	0	0
	10/11	0	1	0	0	0	0	0
	TOTAIS	0	3	0	0	9	1	0
ANA DEUSDEDITH PEREIRA	07/11	1	1	0	9	0	0	0
	TOTAIS	1	1	0	9	0	0	0
NARAYANA TEIXEIRA HANNAS	03/12	0	1	0	0	0	0	0
	TOTAIS	0	1	0	0	0	0	0
RANÚLIO MENDES DE SOUSA	04/11	44	8	0	0	0	0	0
	05/11	3	3	0	0	1	1	0
	TOTAIS	47	11	0	0	1	1	0
OSMAR PEDROSO	03/12	54	14	0	0	0	0	0
	TOTAIS	54	14	0	0	0	0	0
SAMARA MOREIRA DE SOUSA	04/11	118	30	0	0	5	14	0
	05/11	2	7	0	7	1	0	0
	09/11	0	1	0	0	0	0	0
	11/11	0	2	0	0	0	0	0
	12/11	1	1	0	0	0	0	0
	02/12	0	1	0	0	0	0	0
	TOTAIS	121	42	0	1	6	14	0
VIVIANE SILVA BORGES	05/11	52	12	7	0	0	0	0
	TOTAIS	52	12	7	0	0	0	0
WANDERLEY RODRIGUES DA SILVA	04/11	15	17	10	0	3	6	0
	05/11	0	0	0	0	1	1	0
	06/11	0	0	0	0	4	0	0
	11/11	2	2	0	43	0	0	0
	TOTAIS	17	19	3	11	8	7	0
WHATMANN BARBOSA IGLESIAS	05/11	0	0	0	0	0	1	0
	TOTAIS	0	0	0	0	0	1	0

2.10 - Taxa de congestionamento do exercício anterior (2011)

Especificação	Taxa de congestionamento
Em toda a 18ª Região, na fase de conhecimento	14%
Na Unidade correicionada, na fase de conhecimento	20%
Em toda a 18ª Região, na fase de execução	61%
Na Unidade correicinada, na fase de execução	50%

3 - SECRETARIA DA VARA DO TRABALHO**3.1 - Estrutura da Secretaria****3.1.1 - Quadro de Pessoal**

Nome	Função	Situação
Luciana Lúcio de Oliveira	Assistente de Diretor	Efetiva
Hugo Timo Neto	Assistente de Juiz	Efetivo, oriundo da 15ª Região
Renato de Oliveira Rezende	-	Efetivo
Elisângela Cabral Borges	Assistente de Secretaria	Cedida Municipal
Viviane Almeida Nogueira Resende	Secretária de Audiência	Cedida Municipal
Carla Rezende Vieira	Assistente de Secretaria	Cedida Municipal
Lais Campos Mendonça Rezende	Secretária de Audiência	Cedida Municipal
Geovane Pinheiro Martins	Oficial de Justiça	Efetivo
Rhuan Matheus de Paula Carrijo	-	Estagiário
Flávia Goulart Silva	-	Estagiária
Gustavo Alves Carrijo	-	Estagiário
Karolyne Rodrigues Barbosa	-	Menor Aprendiz
Leilany Moreira Oliveira	-	Menor Aprendiz
Gilberto Silva Mendes	Assistente de Juiz	Efetivo

3.1.2 - Recursos tecnológicos

Equipamento	Quantidade
Computadores	12
Notebooks	1
Impressoras	5
Multifuncionais	3
Fax	0
Digitalizadora	1
Leitores óticos	0

3.2 - Prazos da Secretaria

Ato processual	Prazo médio
Cumprimento de despachos e outros atos judiciais	1
Atualização de cálculos	5
Cumprimento de diligências pelos oficiais de justiça	4

3.3 - Gestão ambiental

Ações de preservação e recuperação	Desenvolvidas
Conscientização quanto ao consumo racional de água, a fim de evitar desperdícios	X
Consumo racional de energia elétrica	X
Utilização do correio eletrônico, malote digital e mensagens instantâneas em softwares homologados pelo tribunal em substituição à correspondência impressa	X
Impressão de documentos utilizando, sempre que possível, a frente e o verso do papel	X
Aproveitamento de papel usado como rascunho	X
Utilização de copos/xícaras de vidro/louça (pelo público interno) em lugar dos descartáveis	X
Separação e coleta seletiva do lixo produzido pela Unidade	
Plantio de árvores/arbustos e preservação dos recursos vegetais existentes	X

4 - PROCEDIMENTOS ADOTADOS PELA UNIDADE JUDICIÁRIA

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
1	Intimação do MPT da designação da audiência nas ações em que figuram como partes ou intervenientes pessoa idosa ou menor (art. 339 do PGC)	X		
2	Remessa de processos ao TRT em virtude da interposição de recursos é precedida de exame de admissibilidade recursal por despacho do Juiz e certidão da secretaria, prevista no art. 132 do PGC	X		
3	Intimação do MPT das sentenças prolatadas e acordos homologados nas ações em que figuram como partes ou interveniente pessoa idosa ou menor (parágrafo único do art. 339 do PGC)		X	
4	Fotografia dos bens no ato da penhora, disponibilizando as fotos na internet	X		Segundo o Diretor de Secretaria da Vara do Trabalho, são fotografados os bens penhorados, porém, em razão da lentidão da rede, não estão sendo publicados no visualizador de processos na internet.
5	Eliminação de autos findos (indicar no campo observações, em caso afirmativo, quando foi feita a última eliminação e qual o período envolvido)	X		
6	Encontra-se em andamento processo de eliminação de autos findos? (em caso afirmativo, indicar no campo observações qual o período envolvido)	X		
7	Antes do arquivamento, a Secretaria revisa os autos com vistas à futura eliminação, verificando e certificando a ausência de pendências, como o bloqueio de valores ou de veículos, penhora, mandado de prisão, depósito judicial ou recursal, e bem assim outras ocorrências que impeçam a sua eliminação?	X		
8	No arquivamento de autos, existindo pendências, a Secretaria efetua o saneamento?	X		

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
9	Nos autos dos processos a serem arquivados definitivamente, a Secretaria desentranha e devolve os documentos referentes às partes antes da remessa dos autos ao arquivo?	X		
10	É cumprido o procedimento regulamentado no Ofício Circular SCJ nº 83/2009, de 27/05/2009, quanto ao preenchimento e à juntada aos autos da certidão de verificação das condições de arquivamento (check list), possibilitando a futura eliminação dos autos sem a necessidade de nova conferência?	X		Em alguns processos, analisados por amostragem, verificou-se a ausência da certidão de arquivamento, contendo o check list indicativo das pendências e demais informações para arquivamento dos autos.
11	Em procedimento prévio ao arquivamento, a Unidade faz a revisão dos saldos remanescentes nas contas judiciais, mediante consulta ao banco depositário, liberando, quando possível, os créditos ou transferindo-os para outro processo?	X		
12	No arquivamento de autos, é indicado o prazo de guarda intermediária ou, se for o caso, a guarda permanente, sendo observada a tabela de temporalidade?		X	Em alguns processos, especialmente os digitais, não são indicados os prazos de guarda intermediária.
13	O Juiz inclui em pauta os processos na fase de execução para tentativa de acordo? (indicar no campo observações com que frequência: semanal, quinzenal e mensal)	X		Semanalmente, ressaltando que o índice de conciliação da unidade, segundo informado pela Secretaria, é atualmente o menor do estado (20%), o que em muito dificulta os esforços nesse sentido, vez que as empresas aqui instaladas preferem litigar a conciliar.
14	O Juízo determina a citação do sócio em caso de desconconsideração da personalidade jurídica da empresa executada?	X		
15	Após a liquidação da sentença na qual se apura crédito superior ao depósito recursal, o Juízo ordena a sua imediata liberação em favor do credor? (Indicar no campo observações se a liberação é de ofício ou a requerimento da parte)	X		Através de requerimento da parte e sempre por critérios de razoabilidade, mas, adverte-se que não é a única diretriz adotada nesse procedimento, eis que, de ofício, esta secretaria determina a transferência dos depósitos recursais para um conta judicial à disposição do juízo.

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
16	Nas execuções suspensas por inércia do credor, o Juízo expede certidão de crédito ao credor?	X		
17	Nas execuções fiscais e previdenciárias suspensas por inércia do credor, o Juízo envia os autos ao arquivo provisório e, após a ocorrência da prescrição intercorrente, extingue o processo, nos termos do art. 40, § 4º, da Lei nº 6.830/80?		X	
18	Nos editais de citação, nas execuções fiscais, a Unidade inclui os números das CDAs e as datas de inscrição, conforme o disposto no art. 8º, IV, da Lei nº 6.830/80 e 186 do PGC?	X		
19	Nos editais de citação, nas execuções fiscais, a Unidade inclui o prazo do edital (30 dias) e o prazo para o executado pagar ou garantir a dívida (5 dias), conforme art. 8º da Lei nº 6.830/80?	X		
20	As intimações da PGF, relativamente aos acordos homologados, são feitas após o vencimento da avença, conforme previsto no art. 195 do PGC?	X		
21	Os registros de cargas dos processos ao Juiz e aos Advogados e Peritos são feitos em meio eletrônico, utilizando o módulo de cargas do SAJ, conforme art. 49 do PGC?	X		
22	Lançamento, imediatamente após a ocorrência, o valores de custas e recolhimentos fiscais e previdenciários, inclusive das custas recolhidas quando da interposição de recursos ordinários, bem como os valores pagos em acordo ou execução, nos termos dos arts. 164 e 171 do PGC	X		
23	A Unidade realiza a reunião de processos na fase de execução?	X		0084100-27.2007.5.18.0191 - Processo principal onde seguem outras execuções reunidas.

5 - SISTEMAS INFORMATIZADOS E CONVÊNIOS**5.1 - Convênios**

CONVÊNIO	UTILIZA independentemente de solicitação da parte	UTILIZA mediante solicitação da parte	NÃO UTILIZA
BACENJUD	X		
RENAJUD	X		
DETRAN			X
INFOJUD			X
INFOSEG			X
INCRA			X
JUCEG			X
SRTE (envio de sentenças por e-mail)	X		
CEF (envio de sentenças por e-mail)	X		
RFB (envio de sentenças por e-mail)	X		

5.2 - Sistemas informatizados

SISTEMA	UTILIZA	NÃO UTILIZA
Sistema AUD	X	
Sistema SAJ18	X	
Módulo Despacho Expresso do SAJ18	X	
Sistema de Proc. Eletrônico de Cartas Precatórias	X	
Sistema de Cálculos	X	
Sistema de Guias	X	
Sistema de Emissão de DARF/GRU	X	

6 - RESULTADO DO TRABALHO DE INSPEÇÃO CORREICIONAL**6.1 - Cumprimento das recomendações constantes da ata de correição do exercício anterior**

Recomendação	Cumpriu?		Observações
	SIM	NÃO	
NÃO HOUVE RECOMENDAÇÕES NA ATA ANTERIOR.			

6.2 - Constatações decorrentes da inspeção processual

Item	Constatações
1	A Vara do Trabalho não utiliza o check list elaborado pela Secretaria de Coordenação Judiciária no arquivamento de alguns processos, não verificando as pendências, tampouco certificando o tempo de guarda intermediária dos autos, em desacordo com as normas de gestão documental insertas na Resolução Administrativa nº 81/2008 (processos: 1608-36.2011, 1742-63.2011, 1608-36.2011, 1846-55.2011 e 1818-87.2011).
2	É utilizado o check list nos processos digitais (sem papel), porém a Secretaria da Vara deixa de indicar na respectiva certidão o tempo de guarda intermediária, em desacordo com as normas de gestão documental insertas na Resolução Administrativa nº 81/2008 (processos: 505-57.2012, 1606-66.2011, 1607-51.2011 e 1805-88.2011).
3	Nomenclatura incorreta no visualizador de processos na internet, tendo sido indicadas como "despacho-documento" certidões lavradas nos autos, o que contraria o disposto no art. 18, inciso V, alínea "h", da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho e o art. 55, § 1º, do PGC (processos: 255-24.2012, 1800-66.2011, 2-36.2012, 4-06.2012, 1803-21.2011, 1606-66.2011, 1607-51.2011 e 505-57.2012).
4	A Secretaria da Vara do Trabalho utiliza o meio eletrônico para envio de cópias de sentenças aos órgãos fiscalizadores (SRTE, CEF e RFB), conforme convênios firmados pelo Tribunal com esses entes públicos.
5	Deixou-se de enviar cópia de sentença aos órgãos fiscalizadores no processo 1831-86.2011.
6	A Vara do Trabalho não adota o procedimento previsto na Recomendação Conjunta nº 2/GP.CGJT/2011 e orientado por meio do Ofício Circular SCR nº 01/2012, no sentido de encaminhar cópia de sentenças em que seja reconhecida conduta culposa do empregador em acidente de trabalho para a Procuradoria Federal em Goiás e ao TST (processo: 118-76.2011).
7	Nos acordos homologados, os juízes atuantes na Vara do Trabalho cumprem as disposições dos arts. 81 e 86 do PGC, orientando as partes sobre o cumprimento das obrigações previdenciárias, especialmente quanto à necessidade de entrega da GFIP.
8	Não são lançados no SAJ, regular e corretamente, em todos os processos, os valores pagos em decorrência de acordos homologados e os recolhidos a título de contribuição previdenciária, sejam os comprovados nos autos pelas partes, sejam aqueles em que se presume o pagamento em face do decurso do prazo para manifestação da parte, em desconformidade com o art. 164 do PGC (processos: 1143-27.2011, 1480-16.2011, 1803-21.2011, 1500-07.2011 e 1622-20.2011). Observou-se, em alguns processos, que o valor total do acordo é lançado logo após a audiência e antes de sua comprovação ou presunção de pagamento.
9	Não são registrados, com regularidade, os nomes dos advogados das partes, mesmo tendo estes comparecido às audiências e juntado procuração nos autos, contrariando o disposto no art. 52 do PGC (processos: 555-83.2012, 121-94.2012, 14-50.2012 e 1330-35.2011).
10	No relatório de pendências com o diretor, extraído do módulo de gerenciamento de processos digitais do SAJ, conhecido como BIRÔ, constavam 26 (vinte e seis) processos com o Diretor de Secretaria (relatório de 08/05/2012), a maior parte com data limite vencida, alguns com providências a serem adotadas para o regular andamento do feito, como por exemplo: 1431-09.2010, 314-46.2011, 763-04.2011 e 1191-83.2011.
11	Segundo informações constantes do SAJ, a Vara do Trabalho de Minas Gerais, nesta data (07/05/2012), com apenas 7 (sete) processos com execução trabalhista suspensa, 2 (dois) processos com execução previdenciária suspensa e nenhuma execução fiscal suspensa. Inexistiam, na mesma data, processos de qualquer espécie no arquivo provisório.

Item	Constatações
12	Em alguns despachos que suspendem as execuções é determinado que o prazo será de "no máximo um ano", repetindo-se a fórmula legal constante do art. 40, § 1º, da Lei nº 6.830/80.
13	Só há 21 (vinte e uma) execuções fiscais em trâmite na Vara do Trabalho de Minas, nenhuma delas suspensa.
14	Não constam das publicações realizadas nas execuções fiscais a indicação do número das CDAs, em desacordo com o art. 27, parágrafo único, da Lei nº 6.830/1980 (processo: 45-07.2011).
15	Execuções fiscais sem movimentação, com andamento equivocado "AGUARDANDO CARGA AO INSS": 698-43-2010, 36700-46.2009, 114600-08.2009, 119700-12.2007, 112700-58.2007, 112600-06.2007 e 500-69.2011.
16	Execuções fiscais sem movimentação, com andamento "AGUARDANDO CARGA COM A PGFN": 115000-22.2009, 45-07.2011 e 112300-44.2007.
17	A Vara do Trabalho utiliza, sistematicamente, os convênios BACENJUD e RENAJUD nas execuções trabalhistas e previdenciárias.
18	Não foi constatada a utilização, na execução, dos convênios INCRA, DETRANET, INFOJUD e INFOSEG.
19	Observou-se, pela análise dos boletins estatísticos da Vara do Trabalho, que houve uma redução consistente no número de processos pendentes de liquidação nos meses de dezembro de 2011 a abril de 2012 (dezembro/2011: 96 processos pendentes de liquidação; janeiro/2012: 100 processos pendentes de liquidação; fevereiro/2012: 84 processos pendentes de liquidação, março/2012: 51 processos pendentes de liquidação e abril/2012: 39 processos pendentes de liquidação), o que confirma a informação prestada pelo Diretor de Secretaria de que estão sendo envidados esforços para a redução dos prazos para elaboração de cálculos judiciais, atividade que permanece sob a responsabilidade dos servidores daquela Unidade.
20	Os Juizes atuantes na Unidade inserem as orientações previstas no art. 86 do PGC, nas decisões homologatórias de cálculos, visando a que os executados comprovem nos autos o envio da GFIP ao INSS, sob pena de comunicação à Receita Federal do Brasil, o que supre a ausência dessas mesmas orientações nas sentenças proferidas, mesmo porque não é adotada na Vara do Trabalho de Minas a sistemática de prolação de sentenças líquidas.
21	A Vara do Trabalho não intima o Ministério Público do Trabalho das sentenças e acordos homologados nos processos em que figuram como partes ou intervenientes menores ou idosos, em desacordo com o disposto no art. 339, parágrafo único, do PGC. (processos: 1622-20.011, 1778-08.2011, 1805-88.2011, 1114-74.2011 e 1513-06.2011).
22	A Vara do Trabalho procede ao exame de admissibilidade recursal, antes da remessa do processo ao Tribunal, para apreciação dos recursos interpostos, mediante despacho judicial, em conformidade com o disposto no art. 18, inciso I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho.
23	São lançadas no SAJ, com regularidade, as custas comprovadas pelas partes quando da interposição de recurso ordinário.
24	Analisadas as pautas da Vara do Trabalho de Minas, no período compreendido entre 03/10/2011 e 03/05/2012, apurou-se o número médio de 18 (dezoito) processos por sessão.
25	Foram colocados em pauta, no período de 03/10/2011 e 03/05/2012, uma média de 3 (três) processos por dia para tentativa de conciliação.
26	Analisados processos tomados por amostragem, apurou-se, no período correccionado, os seguintes prazos médios: 3 (três) dias para elaboração de despachos, 1 (um) dia para cumprimento pela Secretaria da Vara e 4 (quatro) dias para cumprimento de diligências pelo oficial de justiça.
27	O prazo para solução dos incidentes processuais, apurado em processos por amostragem, é de 6 dias, incluídos os embargos de declaração, embargos à execução e exceções de pré-executividade.